



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**NÚCLEO DE CONTRATOS ESPECIAIS - NCE**  
 Peça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830  
 Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Termo Aditivo Nº 85/2019 - PJPI/TJPI/SGC/NCE

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E A EMPRESA BELAZARTE SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA ME CONFORME EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:**

**AUTOS – PROCESSO Nº 19.0.000028355-2**

O Estado do Piauí, por meio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ**, com sede na Praça Des. Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, em Teresina-PI, CEP: 64000-830, inscrita no CNPJ n. 06.981.344/0001-05, neste ato representado pelo seu Presidente em exercício – **Desembargador HAROLDO DE OLIVEIRA REHEM**, adiante denominado **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **BELAZARTE SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA ME**, CNPJ nº 07.204.255/0001-15, com endereço da Av. Jesus Tomaz Tajra, 677, São Cristóvão, Teresina-PI, Cep: 64052-340, Telefone para contato: (086) 3305-9978 e-mail: belazarte@hotmail.com, neste ato representada por **CLEIDE MARIA CARVALHO DE SABÓIA**, CPF nº 462.543.903-53 e RG nº 1.200.248 SSP/PI e/ou **FRANCISCO DE JESUS DOS REIS**, CPF nº 771.601.9333-34 e RG nº 1.575.224 SSP/PI, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem, de comum acordo, aditar o **Contrato Administrativo nº 095/2018**, vinculado ao Processo Administrativo SEI nº 18.0.000024433-0, com fundamento no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, IN nº 02/2017 do TCE-PI e demais dispositivos aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO COM RESSALVA DE REPACTUAÇÃO** ao Contrato nº 095/2018, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e previsto na **CLÁUSULA OITAVA**, do Contrato 095/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

2.1. Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato 095/2018 por mais 12 (doze) meses, tendo por termo inicial o dia 13 de julho de 2019 e final o dia 13 de julho de 2020, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60(sessenta) meses ou interesse da Administração, na forma prevista no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESSALVA DO DIREITO À REPACTUAÇÃO**

3.1 Pelo presente termo aditivo, fica resguardado o direito de Repactuação, em conformidade com o inciso III, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93; alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da mesma Lei; Decreto Estadual nº 14.483 de 26/05/2011 e com o previsto na **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** do Contrato nº 095/2018.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

4.1. O valor total estimado deste termo aditivo, para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato é de **R\$ 535.190,40 (quinhentos e trinta e cinco mil, cento e noventa reais e quarenta centavos)** e o valor mensal é de **R\$ 44.599,20 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos)**.

4.2. O impacto financeiro será dividido entre o 1º e o 2º Grau, da seguinte forma:

4.2.1. A despesa anual para o 1º Grau será de **R\$ 401.392,80 (quatrocentos e um mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)**, sendo o valor mensal de **R\$ 33.449,40 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos)**.

4.2.2. A despesa anual para o 2º Grau será de **R\$ 133.797,60 (cento e trinta e três mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)**, sendo o valor mensal de **R\$ 11.149,80 (onze mil, cento e quarenta e nove reais e oitenta centavos)**.

**CLÁUSULA QUINTA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

5.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes deste Termo Aditivo serão oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, vinculado à vigente Lei Orçamentária Anual e discriminados sob os seguintes códigos:

Unidade Orçamentária:	040101 - Tribunal de Justiça
Natureza da Despesa:	<b>339037 - Locação de mão de obra</b>
FONTE:	118 - Recursos de Fundos Especiais
PROJETO/ATIVIDADE:	<b>2083 - Custeio Administrativo de 1º Grau</b>
Classificação Funcional:	02.061.0081.2083
PROJETO/ATIVIDADE:	<b>2141 - Custeio Administrativo de 2º Grau</b>
Classificação Funcional:	02.061.0081.2141

**CLÁUSULA SEXTA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

6.1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, exarada Decisão Nº 6392/2019 - PJPI/TJPI/GABPRE/SECGER (Doc. SEI n.1149600), e encontra amparo legal no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93; artigo 32 do Decreto Estadual nº 14.483 de 26/05/2011, Anexo IX da IN MP n. 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e artigo 14 da Portaria TJ/PI nº 1.795/2016.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar, conforme o disposto no artigo 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e CLÁUSULA NONA do Contrato nº 095/2018, garantia atualizada no mesmo percentual e modalidades constantes no Contrato 095/2018.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário da Justiça do Estado do Piauí.

#### CLÁUSULA NONA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

9.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial formalizado, firmado entre as partes, que não colidam com o presente Termo Aditivo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo:

Desembargador **HAROLDO DE OLIVEIRA REHEM**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, em exercício

**CLEIDE MARIA CARVALHO DE SABÓIA**

Belazarte Serviços de Consultoria LTDA ME



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Oliveira Rehem, Vice-Presidente**, em 11/07/2019, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cleide Maria Carvalho de Saboia, Usuário Externo**, em 11/07/2019, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1149083** e o código CRC **F0150942**.